

rio de Estado da Defesa Nacional, Marcos Perestrello, e pelo Director-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Alberto Coelho. O Ministro recebeu a ADFA em audiência realizada em 3 de Outubro e o Secretário de Estado recebeu a Associação nos dias 3 de Fevereiro, 23 de Maio, 5 de Julho e 13 de Novembro.

Aquando da participação no II Encontro do ODDH, realizado em Lisboa, em 13 de Dezembro, e no qual a Associação se envolveu bastante, integrando a Comissão Executiva, evidencia-se que o XXI Governo Constitucional assume o Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares – PADM no âmbito da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, destacando-se a intervenção de Isabel Madeira, do Ministério da Defesa Nacional, acerca do PADM. Este é o compromisso do Ministério da Defesa Nacional com esta missão, tendo em conta o plasmado no artigo 15º do DL 43/76, de 20 Janeiro.

O PADM contou também com a participação activa da ADFA, nas reuniões de monitorização e dos pontos oficiais de contacto. O PADM assume, nesta fase da terceira idade dos deficientes militares e no agravamento das suas deficiências, um papel preponderante, uma vez que se constitui na rede que os acompanha e interliga às estruturas locais e regionais de apoio social e clínico. O Ministério da Defesa Nacional envolve assim meios financeiros e recursos humanos na idade maior de todos os deficientes militares, num reconhecimento da sua condição perante a sociedade portuguesa, por terem servido Portugal durante a Guerra Colonial, no Serviço Militar Obrigatório, tendo regressado feridos e credores de reparação moral e material. O futuro dos deficientes militares está cada vez mais ligado à necessidade de recurso ao PADM. A ADFA é determinante nesta fase, com a sua intervenção obrigatória e envolvimento no Plano.

No mês de Setembro, o dia 20 é sempre de evocação e festa, pois a ADFA nunca deixa de assinalar a Luta de 20 Setembro de 1975, em prol de legislação que enquadrasse a reparação moral e material dos deficientes militares. Foi levado a efeito um debate na Sede Nacional, com representantes de Associações de Combatentes e das Delegações.

No 43º Aniversário do ELO a ADFA inovou e trouxe o associado fundador António Calvino para a função de Director Convidado da edição de Dezembro, na qual foram relatadas as notícias sobre o aniversário do jornal, bem como foi feita a evocação da primeira edição do ELO, em 23 de Novembro de 1974. No almoço comemorativo, no restaurante da Sede Nacional, em Lisboa, esteve presente o militar de Abril, Coronel Mário Tomé.

### Órgãos de Soberania e Instituição Militar

A ADFA foi também recebida pelo Chefe da Casa Militar do Presidente da República em 24 de Janeiro, 21 de Fevereiro, 19 de Abril e em 7 de Novembro, tendo os presidentes e outros elementos dos Órgãos Sociais Nacionais sido recebidos pelo Presidente da República em audiência concedida em 27 de Abril.

No trabalho em prol dos direitos dos deficientes militares, a ADFA participou em reuniões e audiências com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os Chefes dos três ramos das Forças Armadas. O CEMGFA recebeu a ADFA em 28 de Março e em 26 de Julho; o CEME reuniu-se com a ADFA em 14 de Fevereiro e em 21 de Abril; o CEMA esteve com a ADFA em 16 de Março; e o CEMFA recebeu a Associação durante o mês de Março.

A Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, na Assembleia da República, quis ouvir a Associação no Grupo de Trabalho sobre a alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, no dia 11 de Outubro. No fim do ano, em 12 de Dezembro, a ADFA, por sua iniciativa, participou numa audição na qual expôs algumas matérias do seu Caderno Reivindicativo, constatando a vontade transversal dos Grupos Parlamentares ali representados de dar seguimento favorável às questões apresentadas, evidenciando reconhecimento e empenho perante o exposto.

## ADFA

BALANÇO CONSOLIDADO em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2017	31-01-2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		4 165 168,78	4 172 787,31
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis		4 230,23	4 230,23
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		<b>4 169 399,01</b>	<b>4 177 017,54</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		18 884,71	12 761,18
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		5 331,57	7 262,96
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	9,95
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber		195 007,85	301 096,68
Diferimentos		8 283,04	6 169,02
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		538 769,86	716 349,34
		<b>766 277,03</b>	<b>1 043 649,13</b>
		<b>4 935 676,04</b>	<b>5 220 666,67</b>
<b>Total do activo</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		0,00	0,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		815 649,76	815 649,76
Resultados transitados		776 018,29	706 497,74
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		2 927 556,08	3 402 456,46
		<b>4 519 224,13</b>	<b>4 924 603,96</b>
Resultado líquido do período		76 370,85	71 853,90
Interesses minoritários			
		<b>4 595 594,98</b>	<b>4 996 457,86</b>
<b>Total do capital próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		12 396,05	27 837,50
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		20 914,98	18 723,80
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		206 474,58	165 417,77
Diferimentos		100 295,45	12 229,74
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>340 081,06</b>	<b>224 208,81</b>
		<b>340 081,06</b>	<b>224 208,81</b>
		<b>4 935 676,04</b>	<b>5 220 666,67</b>
<b>Total do passivo</b>			
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>			

Da mesma forma, em 10 de Novembro, a Associação efectuou reuniões com os partidos com assento parlamentar e concretizou o acompanhamento dos debates de preparação do Orçamento do Estado para 2018, sempre atenta aos desenvolvimentos que pudessem abranger os deficientes militares e os cidadãos portadores de deficiência em geral.

A ADFA participou também nas reuniões do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA) e do Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC), respectivamente em 21 de Novembro e em 13 de Novembro, tratando questões relacionadas com o Plano de Acção para Apoio aos Deficientes Militares – PADM e com medidas legislativas.

Durante todo o ano tiveram lugar vários encontros,

reuniões e contactos regulares com diversas outras entidades ligadas à Instituição Militar.

O General Ramalho Eanes recebeu a ADFA em várias ocasiões e a Associação contou com o seu parecer de antigo Chefe do Estado, de militar de Abril e membro do Conselho de Estado, incontornável referência no trabalho contínuo da ADFA em prol dos deficientes militares.

Sobre o Projecto de Residências Assistidas para Deficientes Militares na Quinta das Camélias, em Lisboa, a ADFA enviou um ofício à Câmara Municipal de Lisboa, com a respectiva proposta da Associação, no cumprimento do Protocolo de Colaboração que celebrou com a Autarquia lisboeta, assinado em 25 de Novembro de 2016.

O Inspector-Geral da Defesa Nacional visitou a ADFA